

## 4

### O METAL DE NOSSA POESIA

Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra-de-toque ao inestimável oiro dos  
seus talentos, de mais quilates que o das suas minas.  
[Rocha PITTA]

... os êxitos que os brasileiros houvessem adquirido contavam pouco; como as riquezas da  
terra, iam opulentar o tesouro da metrópole  
[Ferdinand DENIS]

Bem como a poesia, a política tem também seu ideal.  
[Sílvio ROMERO]

Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), nas primeiras páginas das suas *Obras*, afirma que a composição da maior parte delas foi realizada “em Coimbra, ou pouco depois, nos meus primeiros anos, tempo em que Portugal apenas principiava a melhorar de gosto nas belas letras” (COSTA, 1996, p. 48). Não faltam críticos que duvidem de tal informação e a designem como puro “artifício” (coisa que não pretendo confirmar ou dirimir).<sup>52</sup> Que seja fato ou afetação de poeta (afetado!), inicialmente importa registrar aqui, antes de mais, a indicação de um tempo, em Portugal (acompanhado por sua colônia americana), em que as “belas letras” passavam a conhecer algum melhoramento, alguma restauração. “A lição dos Gregos [e latinos], Franceses e Italianos” (idem), entrava a legislar modificações na poesia de então: o “sublime” da estética barroca, com seus culteranismos vazios (pelos portugueses relacionados inevitavelmente ao “mau gosto” espanhol)<sup>53</sup> declinava pouco a pouco. A ascendência da Razão sobre os modelos poéticos exigia expressão mais clara e estilo mais simples: “propugnavam uma poesia lógica, sem artifícios nem surpresas marcantes” (CANDIDO, 1993, p. 43).

---

<sup>52</sup> Vale a explicação de João Ribeiro: “A sua confissão de que compôs a maior parte do livro em Coimbra resulta de que deseja justificar o seu tanto falar das ninfas, das faias, dos soberanos e de outras coisas de que no novo mundo não acha como substituir” (RIBEIRO, 1996, p. 14).

<sup>53</sup> O culteranismo teve seu modelo máximo no espanhol Luís de Gongora (1561-1627), poeta que primou em seus versos pela frase alambicada e pelo brinco puramente verbal. Some-se à reação literária o fato político da restauração portuguesa (que em 1640 libertara-se do domínio espanhol): “As cicatrizes das guerras recentes [entre Portugal e Espanha] e, ainda mais, a lembrança da humilhação nacional sob o jugo dos Felipes, servia para dar um forte conteúdo emotivo à renovação nas letras” (HOLANDA, 2000, p. 181): “Desprezando os rugidos / Do Leão da Ibéria”, increpava o poeta (COSTA, 1996, p. 313).

O melhoramento das “belas letras” referido por Cláudio Manuel começou a suceder, mais ou menos, pelo final da primeira metade do século XVIII. Com vinte anos, o poeta parte do Rio de Janeiro e chega a Coimbra, em 1749, para fazer seus estudos universitários de Direito. No ano seguinte, findava o reinado do opulento d. João V, que *derramara por toda a parte o ouro* brasileiro (como relatou Oliveira Martins), iniciando-se o período em que a coroa portuguesa enfeitou a cabeça de d. José I, e Pombal governou com autorizada mão régia. Depois de instalado o novo rei no trono – chamado de “restaurador das Letras em Portugal” –, Cláudio viveu seus tempos universitários compondo poemas que constituiriam o livro considerado marco inaugural do Arcadismo brasileiro, as já referidas *Obras* (em 1768 publicadas em Coimbra). Nelas o poeta mineiro sustentava, entre mazombos, o “estilo simples”, ainda que vincado por sua íntima formação barroca.<sup>54</sup>

Sem te apartares deste mesmo volume [refere-se às suas *Obras*], encontrarás alguns lugares que te darão a conhecer como talvez me não é estranho o estilo simples, e que sei avaliar as melhores passagens de Teócrito, Virgílio, Sanazaro e dos nossos Miranda, Bernardes, Lobo, Camões etc. Pudera desculpar-me, dizendo que o gênio me fez propender mais para o sublime: mas, temendo que ainda neste me condenes o muito uso das metáforas, bastará, para te satisfazer, o lembrar-te que a maior parte destas *Obras* foram compostas em Coimbra ou pouco depois, nos meus primeiros anos, tempo em que Portugal apenas principiava a melhorar de gosto nas belas letras (COSTA, 1996, p. 47-8).

Enquanto a Metrópole iniciava a *restauração* das suas letras,<sup>55</sup> o que seria das Minas Gerais, “da Capitania mais importante, pois, enfim, é a mais rica” (COSTA, 1996, p. 44)? Andava longe ainda o tempo em que Tiradentes sairia a propor a *restauração* daquela terra revolvida e pervertida, não apenas pela “fadiga de minerar” como também pelo arbítrio temerário de governadores e ministros que desobedeciam a instruções da Coroa portuguesa (embora houvesse casos em que a obediência era

<sup>54</sup> A mesma expressão “belas letras” era listada pelo preceptor principal do Arcadismo português, Francisco José Freire (o Cândido Lusitano), entre as que já eram vistas como arcaísmos: “Que necessidade havia (...) de se dizer *abandonar* tendo desamparar? *Affaires* tendo negócios; *Belas Letras* havendo Letras Humanas, e Boas Artes [...]?” (Apud MARTINS, 1977, p. 377).

<sup>55</sup> “O que procuravam, quase por definição, os nossos ‘pastores’, era *restaurar* na esfera da arte uma espécie de paraíso perdido, ainda quando não o pudessem *restaurar* nas formas de existência e convívio” (HOLANDA, 2000, p. 214). “A restauração das letras, em Portugal e no Brasil, em meados do século XVIII” é o título do capítulo VI do *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*, de Almeida Garrett, iniciador do Romantismo em Portugal.

ainda mais temerária, já de si criminosa). Nas capitanias mais *importantes* da Colônia americana, essa *restauração* das letras não apresenta fatos. O que parecia haver então (e ao menos até o final do século XVIII) eram manifestações literárias dispersas e isoladas, coerentes com o que se caracterizou como “arremedo de vida social” (CASCUDO, 1958, p. 6).<sup>56</sup> A produção poética de brasileiros como Cláudio Manuel aderiu e adorava a exploração do ouro colonial, que permitia o enriquecimento da Metrópole (e a conseqüente *restauração* das “belas letras” lusitanas), ainda que às custas da extenuação da própria terra que o vira nascer (para a qual certa “pessoa de tão fraco talento”, nas palavras do poeta, iria avante propor *restauração*):

Ah! não esconda a Terra  
Jamais o seu tesouro,  
Que o Deus purpúreo e louro  
Debalde o não criou.  
Benigna corresponda  
Ao pródigo cuidado  
De quem dos céus foi dado  
Por dar-lhe mais valor.

(COSTA, 1996, p. 316)

O testemunho do autor das *Obras* ensina que, nos sertões mineiros, “a grossaria dos seus gênios” (até aquele ano de 1768 ao menos), distante das “delícias do Tejo, do Lima e do Mondego” (COSTA, 1996, p. 47), não propiciava o comércio com as divindades da poesia. A vida literária portuguesa lhe fora propícia para tal comércio, e dela se recordava nostálgico. Os ambientes urbanos de Lisboa e Coimbra, com a vida universitária desta última, eram fatores que favoreciam a organização de um *sistema literário* regular. O ouro brasileiro, que fora derramado por toda a parte,

---

<sup>56</sup> Não pretendo, como já disse, contestar a proposta de Antonio Candido, mas acrescenta-lhe um ponto de vista. Ao indicar o surgimento de um “conjunto de produtores literários”, “um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público” e “um mecanismo transmissor” a partir de 1750, pergunto-me sobre essa diversidade de leitores no período apontado. O que aos meus olhos surge é um conjunto bastante homogêneo de leitores, uma minoria que detêm letras e cabedal. Capistrano de Abreu corrobora a impressão de que “socialmente a literatura não ocupa um lugar importante em nossa pátria: não a consideram parte integrante da sociedade” (ABREU, 2005, p. 84). Candido adianta porém que tal sistema só adquire “plena nitidez na primeira metade do século XIX” (CANDIDO, 1993, p. 24). Um ilustre bacharel em Filosofia, no processo da Inconfidência do Rio de Janeiro, atestava que, “chegando de Portugal a esta cidade [Rio], vendo que nela não havia corpo literário, nem outros divertimentos em que se pudesse entreter um homem de letras...” (AUTOS, 2002, p. 236). Aquela relação entre literatura e classes economicamente favorecidas permaneceria – e permanece (*mutatis mutandis*, claro).

criara um ambiente oportuno para “aqueles espíritos, que desde o berço se destinaram a tratar as Musas” (idem). Mas as brenhas auríferas, onde tantas mãos escravas (e mais os trabalhadores livres que faiscavam a terra) eram empregadas no empenho de passar às mãos de uma ilustrada plutocracia (que se dividia entre a Colônia e a Metrópole) o louro metal, não tinha a mesma ambiência inspiradora.<sup>57</sup> “Da vida do poeta em Minas Gerais [...], tudo são saudades que parecem irremediáveis da vida européia” (RIBEIRO, 1996, p. 18). Cláudio Manuel se ressentia da distância do foco metropolitano de civilização, indicando finalmente a fatalidade de seu destino, desafortunadamente tão afastado das “praias da Arcádia”:

Não permitiu o Céu que alguns influxos, que devi às águas do Mondego, se prosperassem por muito tempo: e destinado a buscar a Pátria [...], aqui entre a grossaria dos seus gênios, que menos pudera eu fazer que entregar-me ao ócio, e sepultar-me na ignorância! Que menos, do que abandonar as fingidas Ninfas destes rios e no centro deles adorar a preciosidade daqueles metais, que têm atraído a este clima os corações de toda a Europa! Não são estas as venturosas praias da Arcádia, onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos (COSTA, 1996, p. 47).

De qualquer maneira, Cláudio Manuel foi um virtuose na arte e na técnica da poética neoclássica. Não era, entretanto, um poeta que se pudesse chamar brasileiro – “não é ainda o filho próprio do seu habitat, é o primeiro fruto, ácido e mirrado, da árvore humana transplantada” (RIBEIRO, 1996, p. 9). Entre os penhascos que lhe serviram de berço, para onde retornou depois da curta e marcante temporada européia, sentiu o entorpecimento do próprio engenho. Ainda que lhe desagradasse “a ambiciosa fadiga de minerar a terra”, soube se acomodar aos negócios de Minas Gerais e exercer a advocacia, em terra onde era tão solicitada. Advogado e proprietário de lavras, envolveu-se com os interesses de uma plutocracia local, da qual passou a fazer parte – elite financeira e letrada que sentia sempre maior o desleal

---

<sup>57</sup> Raymond Williams chama atenção para um processo de naturalização da produção de bens, de que resulta o desaparecimento da mão-de-obra que de fato os produz, a “negação da existência dos trabalhadores”: dá-se a impressão de que “o trabalho é todo feito por uma ordem natural” (WILLIAMS, 1989, p. 52).

parasitismo metropolitano (o que muito raramente resultaria em desejo de separar-se da Metrópole).<sup>58</sup>

Deflagrada a repressão contra as “conversas criminosas” que entretinham alguns dos seus iguais (e alguns poucos *de fraco talento*), foi também encarcerado. No único interrogatório a que foi submetido, registrado nos autos da devassa, delatou gravemente alguns de seus amigos. Confessaria ainda “a sua libertinagem, os seus maus costumes, a sua perversa maledicência” (*AUTOS*, v. 2, p. 124). Depois disso, foi encontrado morto no cárcere, e até hoje se discute se foi assassinado ou se cometeu suicídio.<sup>59</sup> O certo é que não viveria para sujeitar-se – junto aos colegas, “aqueles espíritos, que desde o berço se destinaram a tratar as Musas”, e aos demais – à sucessão dos inúmeros interrogatórios que se estenderiam por quase três anos.

\*\*\*

O espírito europeu da Arcádia, que partira de Roma para a Península Ibérica, trazia em sua composição, além dos modelos greco-latinos, a moderação e o bom-senso do Classicismo francês. A ascendência do “bom gosto” dos franceses vinha lastreada pela opulência econômica e política de que gozavam, tendo então “outras possíveis estradas de penetração, que já o prestígio político da monarquia de Luís XIV bastava para abrir em todas as direções” (HOLANDA, 2000, p. 205). Em Portugal especificamente, aos prestigiosos modelos franceses e italianos acrescentou-se a lição

<sup>58</sup> Cláudio Manuel é a caricatura setecentista do que aponta Sérgio Buarque ao escrever que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1995, p. 31). Caricatura que se atualiza no século seguinte com Joaquim Nabuco, que bobamente confessava: “a nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser *humana*” (NABUCO s/d, p. 40). Quanto à consideração sobre a “fadiga de minerar a terra”, tornou-se tópico moralista entre poetas lusos e brasileiros (v. LOPES, 1987, p. 653): “A repugnância à fadiga de minerar não é [...] uma singularidade de Cláudio Manuel da Costa entre os poetas de seu tempo” (HOLANDA, 2000, p. 273). *Convenção* poética e moralista, entre outras, em contraste com a *condição* material dos poetas: “vemos que a moralidade não é fruto da economia, e sim um padrão local que a ela se contrapõe” (WILLIAMS, 1989, p. 48).

<sup>59</sup> Já se disse que o Estado português não necessitava de encobrir um tal assassinato, pois tinha o *direito* de condenar um réu de lesa-majestade à morte. O poeta, então sexagenário, deve ter sofrido forte crise de consciência pelo que disse em interrogatório: “Respondeu que não há dúvida que, em casa do Dr. Gonzaga, ouviu por várias vezes conversar sobre a dita matéria, formando o mesmo doutor, hipoteticamente, uma idéia do seu estabelecimento – que facilmente abraçavam os outros dois: Alvarenga [Peixoto] e Carlos [Correia de Toledo]. Mas ele, Respondente, foi sempre de contrário parecer à sua criação” (*AUTOS*, v. 2, p. 123). Entretanto: “o suicídio de Cláudio foi extraordinariamente conveniente e que [...] o momento em que tal suicídio se verificou também foi especialmente favorável para aqueles que ainda estavam fora da prisão” (MAXWELL, 1978, p. 184).

dos autores do Quinhentismo luso, como são os “nossos [Sá de] Miranda, [Diogo] Bernardes, [Francisco Rodrigues] Lobo, Camões etc.” (COSTA, 1996, p. 47). Cláudio Manuel, aliás, dentre os poetas que figuram em nosso Arcadismo, foi o que mais pagou tributos aos paradigmas português e italiano.

Fortemente apegado ao soneto (o que o afastaria do posterior Romantismo), através dele chega ao modelo camoniano e, por conseqüência, ao inevitável nome do italiano Francesco Petrarca (1304-1374). A associação com Camões provavelmente tinha seu significado político, sendo o poeta português a última expressão do gênio da lusa gente antes do domínio espanhol (1580-1640).<sup>60</sup> Além disso, a tradição portuguesa, cantada por alguns daqueles quinhentistas (como o próprio Camões), concebia a moderação e o bom-senso do ideal heróico previdente diverso do ideal belicista – o que vinha a calhar ao modelo setecentista de herói:

Pouco por força podemos,  
isso que é, por saber veio,  
todo o mal jaz nos extremos,  
o bem todo jaz no meio.

(Sá de Miranda Apud HOLANDA, 1995, p. 114)

Sinalizando adesão à estirpe itálica, Cláudio insere nas suas *Obras* vários sonetos na língua de Dante. Em alguns deles, Glauceste Satúrnio (este era seu cognome de pastor arcádico) afirma sua vinculação com a Arcádia Romana (fundada em 1690: ano aproximado da descoberta das minas do Brasil). A associação poética romana foi o modelo próximo para a Arcádia Lusitana (1756), academia que primeiro reuniu nomes relevantes do neoclassicismo português.<sup>61</sup> No Brasil, Cláudio teria

<sup>60</sup> Além disso, a tradição portuguesa, cantada por alguns daqueles quinhentistas (como o próprio Camões nos *Lusíadas*), concebia a moderação e o bom-senso do ideal heróico previdente, diverso do ideal belicista – o que vinha a calhar ao modelo setecentista de herói: “Pouco por força podemos, / isso que é, por saber veio, / todo o mal jaz nos extremos, / o bem todo jaz no meio” (Sá de Miranda Apud HOLANDA, 1995, p. 114).

<sup>61</sup> O mais relevante deles, para a análise que proponho, é Antônio Diniz da Cruz e Silva (1731-1799), de nome arcádico Elpino Nonacriense. Residiu no Brasil de 1776 a 1789, e retornando em 1790, encarregado de julgar os inconfidentes de Minas e depois, em 1794, os do Rio de Janeiro. É figura controversa entre aqueles que escreveram sobre sua atuação nas devassas: Oswald de Andrade o chama quase de assassino (ver ANDRADE, 1995; v. também *AUTOS*, v. 9, p. 117 e LOPES, 1987, p. 652); Carlos Rizzini o chama “um verdadeiro pastor do Ménalo” (RIZZINI, 1957, p. 108), por suposta benevolência com os réus (ver SOUSA, 1957, p. 77).

estabelecido a Arcádia Ultramarina (ou Colônia Ultramarina), espécie de sucursal da que havia em Roma.

Mas nada indica que a Colônia Ultramarina tenha existido de fato enquanto sociedade de poetas que se ajuntavam regularmente. Criação fantasiosa, à maneira da que arquitetara o poeta latino Virgílio nas suas *Bucólicas*, tal Arcádia colonial é provável resultado do esforço de Cláudio Manuel, junto a alguns maiores de Minas, em criar ambiências que fomentassem a vida literária daquelas bárbaras brenhas. Houve, é certo, reuniões comemorativas e uma ou outra tertúlia, mas falta qualquer comprovação documental de existência de encontros regulares. Os dois renomados poetas que com Cláudio foram castigados pelo crime de conjuração, e dele foram amigos – Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto – a esta altura circulavam ainda pela Metrópole. A interlocução literária era restrita e minguada na ocasião.

Mas as relações entre Minas Gerais e a Arcádia Romana não foram sempre etéreas, estéticas ou espirituais. Daquele epicentro italiano irradiou-se parte considerável da legislação poética que conformaria o Arcadismo luso-brasileiro. Tendo antecedido a fundação da Arcádia Lusitana em mais de meio século, no início do Setecentos portugueses já tomavam “ao pé da letra as palavras com que se tinham apresentado ao público os literatos do círculo da rainha Cristina da Suécia, agora convertidos em pastores da Arcádia Romana” (HOLANDA, 2000, p. 181). Neste mesmo início de século, a exploração aurífera em Minas Gerais permitia a d. João V uma enfatuada ostentação financeira por parte do erário português frente aos demais países europeus. E foi este mesmo monarca, cheio de riquezas, sobre as quais mal tinha controle, que tanto concorreu para a próspera manutenção dos pastores romanos:

A maior prova desse favor real foi a doação que, em 1725, fez [d. João V] à Arcádia, para servir de sede às reuniões acadêmicas, às solenidades lítero-musicais e aos jogos olímpicos, que celebravam regularmente os “pastores”, de uma faixa retangular de terreno sobre o Janículo. Essa área, depois de cuidadosamente adaptada, iria incorporar-se, sob a denominação de bosque Parrásio, tão cara ao culto de Apolo, a toda a história ulterior da Arcádia de Roma (HOLANDA, 2000, p. 183).

E compreendida na “história ulterior da Arcádia de Roma” estão as demais associações que surgiram na Europa, como a Arcádia Lusitana, e a suposta Colônia Ultramarina da América Portuguesa. Aquele espírito europeu da Arcádia, que legislou sobre as letras luso-brasileiras do século XVIII, desfrutara das extravagâncias que o ouro brasileiro possibilitou. O “bom gosto” dos franceses fora respaldado pelo “prestígio *político* da monarquia de Luís XIV”, prestígio esse certamente fundamentado sobre a lucrativa empresa colonial que o grande império da França estabelecera.<sup>62</sup> O modelo arcádico romano, por sua vez, ganhara novas garantias através da generosidade de d. João V, que acabou por receber nome pastoril e lugar cativo naquela academia (passando a chamar-se, entre os árcades do Janículo, Arete Melleo).<sup>63</sup> Das terras revolvidas e dos rios pervertidos saía o ouro que alimentava e enriquecia o estado mental e cultural da Europa. De lá retornava o espírito requintado de sua cultura e de seus preceitos estéticos, sua ideologia etnocêntrica e suas instituições políticas, às quais muitos dos mazombos ilustrados da América sentiam-se fatalmente obrigados a aderir. Que menos se pudera fazer – diriam estes – *que sepultar-se na ignorância?*

O desequilíbrio desse comércio mal poderia permanecer dissimulado. A consciência dúbia de Cláudio Manuel da Costa, com “sua fantasia letrada e mal afeita à realidade bruta” (HOLANDA, 2000, p. 227), dava sintomas desse desequilíbrio. :

Uns gênios educados em um tão bárbaro país, em um país acostumado mais a ouvir os rugidos das feras que a harmonia das Musas, como poderiam produzir cadências que fossem dignas de chegar a uns ouvidos que se criaram entre a delicadeza, ao concerto? Era temeridade esperá-lo: mas oh! que este mesmo desalinho, este mesmo desmancho é em que mais nos afiançamos para devermos conceber a idéia de ver algum dia em melhor sorte trocada a rudeza que nos é tão natural (COSTA, 1996, p. 340).

<sup>62</sup> A imensa empresa colonial européia se espalhava pelas Américas: “Em 1789, a colônia francesa das Índias Ocidentais de Santo Domingo representava dois terços do comércio exterior da França e era o maior mercado para o tráfico negreiro europeu. Era parte integral da vida econômica da época, [...] o orgulho da França” (JAMES, 2000, p. 15).

<sup>63</sup> Cláudio Manuel refere-se ao fato: “Recebeu ela um peregrino esplendor na proteção com que se dignou a honrá-la nosso Augustíssimo Rei, o Senhor D. João, o Quinto, de saudosa memória. A sua régia mão foi a que regou e fez fecundo aquele Louro, e ouve a Arcádia Romana não sem a veneração e o agradecimento o nome preciosíssimo de Pastor *Arete*” (COSTA, 1996, p. 340).



\*\*\*

Figura mais afeita à terra mineira, de pés e interesses fincados sobre suas “brenhas duras”, é o poeta fluminense Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793). Dos três famosos poetas inculcados de conjuração, Alvarenga carregou por longo tempo a fama de ser o mais abastado (com fortuna comprometida pelas muitas dívidas). Além de proprietário de terras em que desenvolvia a agricultura, tinha também mais de uma lavra aurífera. Ao contrário de Cláudio Manuel da Costa, que provinha de ascendência humilde, Alvarenga herdou do pai grande riqueza. Além da herança paterna, tinha ricos parentes com residência no Brasil, e foi presenteado por um deles com uma sesmaria no sul de Minas Gerais.<sup>64</sup> Poeta empreendedor, ajuizava em verso:

A herdada nobreza  
aumenta, mas não dá merecimento.

(PEIXOTO, 1960, p. 41)

Não faltava ao poeta latifundiário o grau de doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, com o qual experimentou provisória carreira de magistrado: foi juiz-de-fora em Sintra e, mais tarde, ouvidor no Rio das Mortes (nomeado em 1775). Este último cargo fora escolhido pelo próprio poeta, privilégio possibilitado pelas boas relações que ele sabia cultivar, entre elas a que entretive com Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Por volta de 1774, Alvarenga Peixoto participa em Lisboa, ao lado de outro poeta brasileiro, Basílio da Gama (que naquele ano passaria a ser secretário de Pombal), de sarau poético em homenagem ao ministro. Alvarenga, considerado mais tarde “todo filósofo” e “poeta inconseqüente”

---

<sup>64</sup> Rodrigues Lapa dá seu preciso esclarecimento sobre este ponto, indicando Cláudio Manuel da Costa como o mais abastado dos poetas relacionados: “É ponto hoje indiscutível que ele [Cláudio] era o mais rico de todos os Inconfidentes. [...] Não esqueçamos que foi devido unicamente à sua riqueza que obtivera o hábito de Cristo. Descendente de gente humilde [...], aquele homem só podia ser ilustre pelo talento e pelo dinheiro. E é natural que esta idéia contribuísse para engrossar continuamente os seus bens de fortuna, alimentados por três ordens de receitas: o rendimento das lavras, os honorários de advogado (era o mais conceituado nos auditórios de Vila Rica) e os juros dos capitais emprestados. Pelos *Autos da Devassa da Inconfidência*, [...] se verifica o grande caudal de dinheiros emprestados por Glauceste, que não descurava – muito pelo contrário – os seus interesses materiais” (LAPA, 1958, p. 37).

por um contemporâneo, não perdeu a ocasião de dedicar a Sebastião José prenda poética de sua lavra (afinal moeda de grande liquidez):

Não os heróis, que o gume ensangüentado  
da cortadora espada,  
em alto pelo mundo levantado,  
trazem por estandarte  
dos furores de Marte;  
nem os que, sem temor do irado Jove,  
arrancam, petulantes  
da mão robusta, que as esferas move,  
os raios crepitantes,  
e, passando a insultar os elementos,  
fazem cair dos ares  
os cedros corpulentos,  
por ir rasgando o frio seio dos mares,  
levando a toda a terra,  
tinta de sangue, envolta em fumo, a guerra.

Ensangüentados rios, quantas vezes  
vistes os férteis vales  
semeados de lanças e de arneses?  
Quantas, ó Ceres loura,  
crescendo uns males sobre os outros males,  
em vez do trigo, que as espigas doura,  
viste espigas de ferro,  
frutos plantados pelas mãos do erro,  
e, colhidos em montes sobre as eiras,  
rotos pedaços de servis bandeiras!  
[...]

(PEIXOTO, 1960, p. 17-8)

O longo poema, de que retirei breve recorte inicial, é o elogio reiterado de alguns dos valores que formavam o rol de virtudes políticas da época, e que tantas vezes ocuparam a lira “[d]aqueles espíritos, que desde o berço se destinaram a tratar as Musas” (COSTA, 1996, p. 47).<sup>65</sup> A primeira dessas ideadas virtudes, quiçá a mais frequente em versos, era o que Alvarenga Peixoto chamaria de “verdadeira heroicidade”: “condenação do esforço guerreiro e a ruindade das conquistas à mão armada” (LAPA, 1960, p. 17). O belicismo intrépido e arrojado, que o poeta designa

<sup>65</sup> Ou daqueles que ajoelhados declaravam (em verso), a reis, ministros, vive-reis, governadores ou qualquer outro maioral da ocasião: “O amor da vossa glória foi quem me fez poeta” (ALVARENGA, 2005, p. 37).

por “furores de Marte” (deus romano da guerra), deixava de ser qualidade de heróis virtuosos (e raramente o fora de fato alguma vez na tradição portuguesa). Nas palavras do ministro plenipotenciário, era preciso atuar e fazer com “que o modo vença mais o poder” (Apud MAXWELL, 1978, p. 54).

A administração das colônias que formavam o império lusitano exigia “mão destra” que agisse “com grande prudência e moderação” (segundo palavras de Pombal) na manutenção e progresso de seus domínios, e restava pouco da ambição conquistadora para se avançar sobre novos territórios. Ou antes eram escassas as energias para manter domínios coloniais tão vastos e necessários ao pequeno e debilitado país ibérico: “galho tão pesado não pode ficar muito tempo em tronco tão podre” (Robert Southey Apud MAXWELL, 1978, p. 205).<sup>66</sup> Era forçoso sustentar o que já estava conquistado – e o modelo ameaçador de guerras de independência logo surgiria no horizonte da América do Norte (1776).

A própria metrópole exigia também dedicação atenta, e um cataclismo (o famoso terremoto que destruiu Lisboa) viria submeter à prova a capacidade do ministro de d. José I em atender demandas urgentes e delicadas. O pensamento ilustrado do Portugal de então afirmava a crença que “a política vence mais que a espada”. Mas Pombal freqüentemente recorreu aos “frutos plantados pelas mãos do erro”, atuando com truculência e furor. A ele faria referência um funcionário do Vaticano como alguém que se tornara “o mais despótico ministro que já existiu, não só em Portugal mas, devo dizer, em toda a Europa” (Apud MAXWELL, 1996, p. 95). De qualquer forma, à poesia arcádica luso-brasileira apetecia que, por “mão destra” ou por “mão do erro”, “Pombal junto a José eterno fique” (PEIXOTO, 1960, p. 20).

\*\*\*

---

<sup>66</sup> Um ministro português, posterior à administração pombalina, esclarecia: “Sem o Brasil, Portugal é uma insignificante potência” (Martinho de Melo e Castro, 1779, Apud MAXWELL, 1978, p. 84).

A versatilidade de Alvarenga Peixoto o fez homem de muitas facetas – ainda que se possa perceber o forte interesse financeiro em quase todas elas. Até mesmo a união matrimonial do poeta fluminense com Bárbara Heliodora parece ter rendido “lucrativos arranjos” (MAXWELL, 1978, p. 91). Depois de concluído o período como ouvidor do Rio das Mortes, Alvarenga é agraciado com a patente de coronel do Primeiro Regimento de Cavalaria Auxiliar, de Rio Verde. A função militar, concedida pelo então governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses (que viria a tornar-se personagem principal das *Cartas chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga), vinha dar-lhe alguma segurança, já que a exploração de suas lavras arrancava-lhe parte considerável do cabedal, sem o retorno ansiado. A este respeito vale conferir pequeno trecho de uma carta do coronel-poeta, bem-humorada como outras de sua pena, “onde o seu temperamento se espelha sem rebuços” (LAPA, 1960, p. XLIV), que bem expressa seu vínculo com os negócios da terra:

Estimarei muito que as minhas encomendas cheguem com brevidade, porque as preciso, especialmente o lambique, que estou destilando com um só, e não dá vazão ao canavial que se perde [...]. Vossa Mercê [...] só por milagre me poderá achar ouro na mão, que me quer tanto mal este maldito, que por mais que eu tenha, fez voto de nunca morar comigo. É verdade que a despesa desta casa tem sido grande, e ele não faz dois papéis nem que o matem: gastá-lo e havê-lo é impossível. Agora que as águas estão prontas para me lavar a morrinha, espero ser rico, se a fantasia me não engana; bem que de boas vontades dizem que está o inferno cheio (PEIXOTO, 1960, p. 67).

Nas poucas linhas recortadas (remetidas a um de seus credores), aparecem os variados empreendimentos com que Alvarenga procurava aumentar suas riquezas. O coronel do Rio Verde investia na agricultura e no fabrico de aguardente, além de revolver terras e rios em busca do metal “maldito”. O trecho aponta também para um traço presente em vários dos retratos que do poeta se fez: sua fama de mal pagador – das tantas dívidas que a esta altura acumulava (“só por milagre me poderá achar ouro na mão”). Na expressão de Rodrigues Lapa, que faz referência a este traço, Alvarenga era “um homem potencialmente muito rico, com extensas propriedades agrícolas e minerais, mas sem dinheiro e precisando constantemente dele” (LAPA, 1960, p. XLII). É provável que também o envolvimento nas “conversas criminosas” dos conjurados

de Vila Rica escondesse seu quinhão de interesse particular de grande proprietário. Nesse caso, porém, a *fantasia* parece ter-lhe passado a perna.<sup>67</sup>

Mas é antes de tudo curioso perceber a peculiaridade de Alvarenga Peixoto frente a seus dois companheiros de poesia e de desgraça: Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. Ainda que estivessem, esses dois amigos de Alvarenga, distantes do ideal de vida simples e modesta que é elogiado em muitos dos seus poemas – ideal característico do pensamento clássico que foi retomado pelo neoclassicismo arcádico<sup>68</sup> –, seus versos raramente apresentam aproximação da terra através do trabalho, surgindo com frequência uma paisagem convencional e fria que mal recende a intervenção de mãos laboriosas. Gonzaga refere-se sim repetidas vezes à “sementeira”, ao “manso gado”, à “manada grossa” (afirmando sempre sua posse) – mas tudo parece conjugar-se no objetivo único de mimosear Marília, a pastora de seus ternos amores. Cláudio Manuel é ainda mais distante de qualquer idéia de peleja real com a terra, e quando fala do “trato pastoril” é para confrontá-lo com a “civil correspondência”, convenção obrigatória do bucolismo arcádico do século XVIII.<sup>69</sup>

Aquele a quem se chamou certa vez de “poeta inconseqüente”, entretanto, demonstrava relação diversa com a natureza americana. Sua condição de proprietário de terras extensas, nas quais aplicou os “fortes braços” dos “escravos duros e valentes” (que os tinha bastantes), estimulou uma relação com a terra menos convencional da que surge nos poemas de seus confrades de Parnaso. Além desse aspecto do cultivo agrário e aurífero, o empreendedor poeta referiu em seus versos, com simpatia não verificada em Cláudio Manuel ou em Gonzaga, aos homens “pardos e pretos, tintos e tostados”, os “escravos duros e valentes” a quem obrigatoriamente cabiam os “penosos trabalhos” (dentre eles a faina e a “fadiga de

<sup>67</sup> Camilo Castelo Branco sugere, sobre empreendimento da Inconfidência: “Nenhum destes homens tinham alma aparelhada para empreendimento de tal porte” (Apud BRAGA, s/d, p. 161-2).

<sup>68</sup> “Não suspira por bens um peito nobre”, diria Gonzaga, acrescentando ainda: “Vivo afeito a ser pobre” (GONZAGA, 1996, p. 636). Cláudio Manuel não deixa de asseverar em igual sentido: “Aquele adora as roupas de alto preço, / Um siga a ostentação, outro a vaidade, / Todos se enganam com igual excesso” (COSTA, 1996, p. 79). É o que ensinava Sêneca: “Todo homem rico é, ou injusto ele mesmo, ou herdeiro da injustiça de outro” (DIDEROT 2006, p. 281).

<sup>69</sup> “Ali [nos campos] não há fortuna que soçobre; / Aqui quanto se observa é variedade: Oh! ventura do rico! Oh! bem do pobre!” (COSTA, 1996, p. 57). No verbete “Riqueza”, da *Enciclopédia*, encontro trecho que serve de comentário aos versos citados: “consideradas assim metafisicamente [as riquezas], elas são uma coisa absolutamente indiferente” (DIDEROT, 2006, p. 265).

minerar”). Alvarenga Peixoto, em atitude que não caracterizou nenhum dos conjurados mineiros, reportou-se a eles como indivíduos “dignos de atenção”:<sup>70</sup>

Estes homens de vários acidentes,  
pardos e pretos, tintos e tostados,  
são os escravos duros e valentes,  
aos penosos trabalhos costumados:  
Eles mudam aos rios as correntes,  
Rasgam as serras, tendo sempre armados  
da pesada alavanca e duro malho  
os fortes braços feitos ao trabalho.

Porventura, senhores, pôde tanto  
o grande herói, que a antiguidade aclama,  
porque aterrou a fera de Erimanto,  
venceu a Hidra com o ferro e chama?  
Ou esse a quem da tuba grega o canto  
fez digno de imortal e eterna fama?  
Ou inda o macedônico guerreiro,  
que subjugar o mundo inteiro?

Eu só pondero que essa força armada,  
debaixo de acertados movimentos,  
foi sempre uma com outra disputada  
com fins correspondentes aos intentos.  
Isto que tem co’ a força disparada  
contra todo o poder dos elementos,  
que bate a forma da terrestre esfera,  
apesar duma vida a mais austera?

Se o justo e útil pode tão somente  
ser o acertado fim das ações nossas,  
quais se empregam,izei, mais dignamente  
as forças destes ou as forças vossas?  
Mandam a destruir a humana gente  
terríveis legiões, armadas grossas;  
procurar o metal, que acode a tudo,  
é destes homens o cansado estudo.

<sup>70</sup> Há nos “Autos de perguntas feitas a José Álvares Maciel” uma passagem relativa a Alvarenga e aos escravos. Maciel ponderava que “havia um grande obstáculo, que era o número dos negros ser maior que o dos brancos, e que por conseguirem a liberdade tomariam o partido contrário, matando os brancos, e suposto que o dito coronel Alvarenga quis remediar isto, dizendo que se lhes daria primeiro a liberdade, sempre ele Respondente lembrou que não ficaria em boa ordem o serviço das Minas, e de tudo o mais lembrado além disso, que ainda que se fizesse, o que o dito Alvarenga também aconselhava [...] era forrarem-se só os crioulos e mulatos, o que não sucederia sem risco” (*AUTOS*, IV, p. 398). De Alvarenga diria Silvio Romero: “Compreendeu a posição étnica dos brasileiros e o nosso futuro; teve um brado de alento para os míseros escravos” (ROMERO, 1980b, p. 456).

São dignos de atenção... [...]

(PEIXOTO, 1960, p. 35-6)

Será preciso dizer, ainda que pareça óbvio, não ser conveniente tomar ao pé da letra as palavras e as proposições do poeta. Até porque o trecho destacado é parte de um longo poema em que vozes diversas são evocadas (discursam a criança a quem davam boas-vindas e seu preceptor). Trata-se do “Canto genetlífico”,<sup>71</sup> composto por ocasião do nascimento de José Tomás de Meneses, filho de d. Rodrigo José de Meneses, naquele momento governador de Minas Gerais.

As oitavas aqui reproduzidas representam o discurso que Alvarenga Peixoto empresta a “José Americano”, este mesmo de quem os versos festejavam o nascimento. Essa delegação discursiva a que recorre o poeta, colocando na boca deste futuro “herói” (“este ramo dos Meneses”) palavras as mais sábias, prudentes e justas, não poderia deixar de passar pelo crivo da afetação poética do Setecentos.<sup>72</sup> O artifício elogioso não deveria recorrer a imagens pedestres, sem glória nem eloquência – ainda que não houvesse motivos para crer na sua plena realização. Porém, é o peito do poeta que se inflama para dar ao recém-nascido palavras tão plenas de luzes – ou seja: Alvarenga deveria ter em alta conta as virtudes que põe na boca de seu “herói”. A par disso, o “Canto genetlífico” exemplifica uma modalidade de discurso poético – direcionado aos governantes, ministros e maiores –, que não foi raro naqueles dias (mas que a pura bajulação muitas vezes embotou): aquela espécie de aconselhamento, muito cuidadoso, do homem ilustrado ao chefe.

<sup>71</sup> O título com que foi primeiramente publicado, em 1794, era “Oitavas feitas em obséquio do nascimento do Ilustríssimo Senhor D. José Tomás de Meneses, filho do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo José de Meneses, governando a capitania de Minas Gerais”. Se alguma vez o poeta lembrou de dizer que “a herdada nobreza [...] não dá merecimento”, era prudente ainda recorrer à praxe bajulatória. Já Antônio Diniz da Cruz e Silva escreveu, antes de dirigir-se ao Brasil, sátira a ridicularizar a presunção genealógica, *O Falso Heroísmo*; mais tarde requer trâmites de nobilitação, alcançando apagar “nódoa de mecânico” que havia em sua ascendência: “é já sem ‘nódoa de mecânico’ que ele manda enforçar Tiradentes”, satiriza Oswald de Andrade (ANDRADE, 1995, p. 76). Palavras elevadas, gestos pedestres –.

<sup>72</sup> Os versos imediatamente anteriores à fala de “José Americano” indicam essa afetação, espécie de ornamentação poética de discurso com implicações políticas e sociais: “O pastor loiro, que o meu peito inflama, / dará novos alentos ao meu verso, / para mostrar do nosso herói na boca / como em grandezas tanto horror se troca” (ALVARENGA, 1960, p. 34-5). Entenda-se: o pastor loiro (Apolo, pai das Musas) inspira o poeta para que novos alentos cheguem a seu verso, e assim mostrar, pela boca do nosso herói (o José Americano), tanto horror convertido em grandezas.

Interessa-me destacar ainda, do que Alvarenga Peixoto relaciona nas suas oitavas ao ilustríssimo que acabava de nascer, a consideração diante dos trabalhadores escravos: a mando e sob a chibata de seus senhores, mudavam cursos de rios e rasgavam a superfície das serras, tendo os *braços* aparelhados de alavancas e malhos. Esses “penosos trabalhos” chegam a ser comparados às façanhas de Hércules (“o grande herói, que a antiguidade aclama”), de Ulisses (“de imortal e eterna fama”) e de Alexandre (“que soube subjugar o mundo inteiro”) – sendo considerados superiores por modificar o aspecto da terra (“bate a forma da terrestre esfera”), ainda que realizados em condições desfavoráveis (“apesar duma vida a mais austera”). Descrição do trabalho mecânico de cativos africanos com simpatia tal, isso sim era coisa rara.

Os que estavam submetidos ao estigma do trabalho manual, aliás, são representados com uma curiosa deformação física, consequência dos “penosos trabalhos” a que estavam forçados: eles não têm, quando referidos nos versos de nosso Arcadismo, *mãos* nem *braços*. A chamada “mancha de mecânico” parecia mutilar aqueles segmentos e membros aviltados por trabalho considerado tão indigno, que não deveriam entrar no restrito e exclusivo espaço do poema. Mãos e braços pareciam pertencer, como privilégio pessoal justificado, aos que davam leis e entretinham as belas letras, aos que *moviam a sábia pluma* (na expressão de um verso de Gonzaga): essas atividades enobreciam membros já de si nobres: “eis aqui um privilégio pessoal, pois este está [...] anexo às pessoas nobres” [GONZAGA, 1957, p. 149]. “São dignos de atenção” detalhes assim significativos.<sup>73</sup>

\*\*\*

---

<sup>73</sup> A mutilação operada nos poemas arcádicos é sintomática da animalização do escravo africano: “os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados [...] a trabalhos de baixa reputação, os *negro jobs*, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como sua geração” (HOLANDA, 1995, p. 56). Mesmo trabalhadores brancos e livres não escapavam à mancha. Remeto novamente a Raymond Williams: “Os homens e mulheres que criam os animais e os levam até a casa, que os matam e preparam a sua carne [...]; que plantam, estrumam e colhem frutos – estas pessoas estão ausentes; o trabalho é todo feito por uma ordem natural” (WILLIAMS, 1989, p. 52).



Alvarenga Peixoto, com as continuadas atividades que realizou nas terras e lavras de sua propriedade, adquiriu o ânimo novo daqueles mazombos de sua época que não mais se sentiam inferiores em relação ao europeu. “Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos da coroa portuguesa” (ABREU, 2000, p. 173). O poeta, que foi magistrado e gozou de patente militar, teve, em sua condição de proprietário, um traço fundamental a conformar-lhe o caráter político e social.<sup>74</sup> Por essa condição é que deve ter chegado à observação mais atenta e menos preconceituosa dos trabalhadores “duros e valentes” que eram os escravos. Por ela também é que parece ter se distanciado dessa sensibilidade contrariada daqueles que, à semelhança de Cláudio Manuel, sentiram-se forçados a “abrigar-se num mundo forjado pela imaginação e pela saudade” (HOLANDA, 2000, p. 228). Por ela ainda é que provavelmente sentiu mais agudas e molestas as imposições metropolitanas. O espírito civilizatório europeu aparece não mais de modo tão absoluto:

Bárbaros filhos dessas brenhas duras,  
 nunca mais recordeis os males vossos;  
 revolvam-se no horror das sepulturas  
 dos primeiros avós os frios ossos:  
 que os heróis das mais altas cataduras  
 principiam a ser patrícios nossos;  
 e o vosso sangue, que esta terra ensopa,  
 já produz frutos do melhor da Europa.

[...]

Isto, que Europa barbaria chama,  
 do seio das delícias, tão diverso,  
 quão diferente é para quem ama  
 os ternos laços de seu pátrio berço!

[...]

(PEIXOTO, 1960, p. 33-4)

<sup>74</sup> Carlos Guilherme Mota descreve a *contradição fundamental* da propriedade no sistema colonial: “de um lado, é sobre a propriedade que está assentado o sistema; resulta imprescindível seu desenvolvimento e fortalecimento para o êxito da colonização. Por outro lado, deve-se considerar que tal fortalecimento gera *novos interesses* que se chocam com os fins da colonização. Em outros termos, a ampliação da propriedade serve de suporte para comportamentos que se opõem às metas do processo” (MOTA, 1979, p. 75).

Mas não quero deixar sugerido que Alvarenga Peixoto tenha sido homem de idéias libertárias e de palavras ajustadas a um ideal de revolução social. Parece mesmo que foi sujeito algumas vezes inescrupuloso e de língua leviana. Ao menos não carregava nos sapatos “aquela pedrinha áspera, que ofende os pés e retarda os passos”, a consciência escrupulosa a que se referiu Gonzaga certa vez (GONZAGA, 1957, p. 44). Segundo Rodrigues Lapa, ele “perseguia um sonho de grandeza, e para a realização desse ideal tudo servia” (LAPA, 1960, p. XXXVIII). Exerceu vassalagem mesmo diante de homens corruptos como Luís da Cunha Meneses – aquele *Fanfarrão Minésio* das *Cartas chilenas* –, e dele recebeu benefícios. Como ficou dito linhas acima, é bastante verossímil a hipótese de ter-se empenhado junto aos conjurados de Vila Rica com olhos – um ao menos – no lucro que disso poderia extrair. Desbaratado o “ajuntamento de poetas”, o grande terror da desgraça próxima fez com que compromettesse amigos (como o primo Gonzaga). Do cárcere escreveu versos à rainha que enlouquecia, na esperança de que as régias *mãos onipotentes* de Maria I o pudessem *restaurar do poder do Inferno*. Não puderam, mal quiseram, e o pedido de perdão versificado restou *inconseqüente*, como de alguém que fora *todo filósofo*.<sup>75</sup>

Busca um presépio, cai no pobre feno  
a mão onipotente, a quem não custa  
criar mil mundos ao primeiro aceno.

<sup>75</sup> “Restaurar do poder do inferno” é paráfrase do verso: “e estas mãos, por favor de um deus eterno, / te restauraram do poder do Inferno”, do mesmo “Canto genetliaco” (PEIXOTO, 1960, p. 37). Quem a Alvarenga Peixoto chamou de “poeta inconseqüente” e “todo filósofo” foi Frei Raimundo da Anunciação Penaforte, no relato intitulado “Últimos momentos dos inconfidentes de 1789” (*AUTOS*, 9, p. 171). A observação de Frei Raimundo não é sem fatos antecedentes. Nos festejos que marcaram o batizado de um filho de Alvarenga Peixoto (do qual Gonzaga foi padrinho), realizados na casa do vigário de São José, Carlos Correia de Toledo, o pai da criança, depois de animado pelo espírito do álcool, disse: – Bebo à saúde da Sra. D. Bárbara, que ainda há de ser rainha! Na festa recriminou-se o governo, que preparava o lançamento da derrama, e o pressentimento de uma rebelião estava no ar. A saudação *inconseqüente* do poeta iria figurar, para sua desgraça, nos autos da devassa (v. LAPA, 1960, p. XLIX). Os tercetos acima estampados compõem soneto apenso à defesa do réu “para merecer a Piedade de Sua Majestade, que [o Réu] humildemente implora, e de que já rende graças na forma seguinte [do mesmo soneto]” (*AUTOS*, VII, p. 81).

Bendita sejas, lusitana augusta!  
 cobre o mar, cobre a terra um céu sereno,  
 graças a ti, ó grande, ó sábia, ó justa!

(PEIXOTO, 1960, p. 54)

\*\*\*

Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), nascido em Vila Rica, não se encontrava em sua terra natal ao ter início a devassa contra os conjurados mineiros. Mas não escapou de processo semelhante, principiado pouco mais de dois anos após a execução de Tiradentes: em fins de 1794, os primeiros inquiridos eram efetuados na vice-corte para averiguar conversas em que se falava “nos negócios públicos da Europa com louvor e aprovação do sistema atual da França” (*AUTOS* 1794, p. 69). O espalhafatoso processo iniciado em Minas Gerais e as notícias dos assustadores acontecimentos da Revolução Francesa criavam um clima de prudência paranóica. As “matérias ofensivas da religião” (idem) eram também motivo de diligência dos ministros do Estado lusitano – em tempos nos quais o radical anticlericalismo francês grassava e a beatice de d. Maria I (ainda que afastada do trono por sua loucura) reavivava tradicionais fatalismos.

Manuel Inácio era professor régio de retórica e advogado no Rio de Janeiro, além de inspirado poeta. Mulato de origem humilde, cursara a universidade metropolitana de Coimbra, como tantos outros que trajaram beca e praticaram o verso. Concluído seu período universitário (que coincide com a época em que aquela universidade foi reformada por Pombal), demorou-se em Lisboa, onde cultivou a amizade de outro poeta mineiro, José Basílio da Gama (1741-1795).<sup>76</sup> Este era já

---

<sup>76</sup> A trajetória de Basílio da Gama não é das menos interessantes, mas a seu respeito não me estenderei. Acusado de jesuitismo e preso ao desembarcar em Lisboa (1768), salva-se com a dedicação de um Epitalâmio à filha de Sebastião José. No ano seguinte já tinha pronto *O Uruguai*, que lhe assegura a proteção do ministro de d. José I. O antigo aluno dos inacianos no Rio de Janeiro torna-se exaltado detrator da Companhia de Jesus. A partir de então, não mais se afastaria de seu protetor, servindo-lhe como secretário nos últimos anos do marquês como poderoso ministro. Com a morte de d. José e a ascensão de d. Maria ao trono, dá-se a reviravolta política e cultural que se batizou como *viradeira* (1777). Basílio canta a aclamação da nova soberana, mas mantém-se firme na fidelidade ao Sebastião José, até a sua morte (em 1782). Basílio da Gama foi pastor da Arcádia Romana, com o nome Termindo Sipílio.

prestigioso protegido de Sebastião José de Carvalho, desde a publicação de seu poemeto *O Uruguai* (em 1769) – em que narra a expedição de Gomes Freire de Andrada contra as missões jesuíticas do Rio Grande do Sul (executando a letra do Tratado de Madri). Cinco anos depois da publicação deste poema de feição épica, Basílio é nomeado secretário de Pombal. O entusiasmo com as reformas e restaurações do “Intrépido Marquês” era generalizado, e Manuel Inácio não deixou de expressar sua particular dedicação:

[...]

Aos séculos futuros,  
Intrépido Marquês, sirvam de exemplo  
Vossos trabalhos duros,  
Longos, incríveis, que da Fama o Templo  
Tem por estranho e glorioso ornato,  
Onde não chega a mão do tempo ingrato.

[...]

Longe nuvens escuras  
Arrogem sobre os mares os coriscos:  
Deixem subir seguras  
Altas torres, soberbos obeliscos,  
Donde a nova Lisboa ao Mundo canta  
A mão robusta e firme, que a levanta.

[...]

(ALVARENGA, 2005, p. 72-3)

A ode de que destaquei estas estâncias, composta para os festejos da inauguração da estátua eqüestre de d. José I em Lisboa (1775), é um dos tributos de Manuel Inácio à ocasião (a que dedicou mais dois poemas) – ocasião que proporcionou cópia imensa de composições dos poetas (de plantão ou da ocasião). Como vários outros fizeram, o autor da ode elogiava a dois maiores com um só lance da pena: juntava ao “régio manequim” festejado o ministro potente que o articulava. O poeta mineiro, que, no início da ode, a si alude como *gênio ardente da América inculta*, juntava ao bronze da estátua o monumento humilde de seus versos. Dele dirá, em outra composição ao mesmo motivo dedicado: “também os meus versos o tempo não consome, / Porque respeita neles, grão rei, o vosso nome” (ALVARENGA, 2005, p.

37).<sup>77</sup> O que indica que, para a convenção genuflexa que Manuel Inácio exercitava, não é o verso panegírico que eterniza o homenageado, mas o próprio rei a quem se canta. O metal de tal poesia é frágil: o que lhe dá eternidade é o “nome do bom rei” (forjado com melhor metal, o precioso ouro do Brasil). O que muito naturalmente leva o poeta a afirmar, sincero: “O amor da vossa glória foi quem me fez poeta”.

Mas Manuel Inácio da Silva Alvarenga é, entre todos os poetas arrolados no Arcadismo brasileiro, aquele que quebrou algumas vezes a monotonia da ladainha bajulatória com refinado humor. Aquele outro Alvarenga, o Peixoto, inovara, como indiquei antes, permeando seus elogios a maiores de considerações simpáticas a mãos trabalhadoras de escravos e expressando um demarcado orgulho nativista. O caso de Manuel Inácio é diverso – ainda que o poeta sinalize sua simpatia com trabalhadores simples e apresente um reiterado ambiente americano, algumas vezes sem cobri-lo inteiramente com a capa pesada do artificialismo arcádico.<sup>78</sup> Uma das composições encomiásticas mais curiosas dos nossos poetas de então é produto da pena daquele letrado de Vila Rica. Trata-se das quintilhas dedicadas ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (“No dia de seus anos”), de quem Manuel Inácio esteve próximo durante seu governo (1778-1790). Seguem algumas estrofes:

Musa, não sabes louvar  
E por isso neste dia,  
Entre as vozes d’alegria,  
Não pretendo misturar  
Tua rústica harmonia.

[...]

<sup>77</sup> O que contrasta com uma reflexão posta entre as líras de Tomás Antônio Gonzaga (aliás, único entre os aqui tratados que não dedicou versos relativos à estátua de d. José): “Só podem conservar um nome eterno / Os versos, ou a história” (GONZAGA, 1996, p. 609).

<sup>78</sup> Da simpatia com o trabalhador, um exemplo mínimo: “Por quem o lavrador recolhe alegre / Do seu nobre suor os doces frutos” (ALVARENGA, 2005, p. 119); de seu ambiente brasileiro, há vários exemplos em *Glaura, poemas eróticos de um americano*. Almeida Garrett, que analisou a produção poética brasileira do período e reclamou-lhe *mais originalidade*, não cita o nome de Silva Alvarenga (que atendia a algumas exigências posteriores feitas pelo poeta português).

Vamos pois a preparar,  
Que eu te darei as lições;  
Folheando no Camões,  
Bem podemos remendar  
Odes, sonetos, canções.

Podemos fingir um sonho  
Por método tal e qual,  
Se o furto for natural,  
Eu dele não me envergonho,  
Todos furtam, bem ou mal.

[...]

Agudíssimos poetas,  
Gente bem-aventurada,  
Que estudando pouco, ou nada,  
Tem na cabeça essas petas,  
E outra muita farfalhada!...

[...]

Feita assim a introdução,  
Passamos ao elogio,  
Não te escape o pátrio rio  
Saindo nesta ocasião  
Lá de algum lugar sombrio.

[...]

Coas virtudes, coas ações  
Do nosso herói não te mates:  
Basta que a obra dilates,  
Dividida em pelotões,  
Por sonoros disparates.

[...]

Eis aqui como se ganha  
O labéu de caloteiro,  
Mas eu não sou o primeiro  
Que tive esta boa manha,  
Nem serei o derradeiro.

(ALVARENGA, 2005, p. 79-83)

O humor agudo de Manuel Inácio, entre versos laudatórios, não tem semelhantes na poesia arcádica luso-brasileira. Nela não faltaram versos satíricos de acentuada comicidade (como nos poemas que trocaram versejadores em refrega). Mas o que ficou estampado acima não é um poema satírico: trata-se das quintilhas escritas para celebrar a ocasião do aniversário do vice-rei, entanto entremeados de reflexões irônicas sobre a própria poesia laudatória.<sup>79</sup> A expressão de subserviência ao maioral aparece assim rasurada pelo que nela se entremeia: a adesão servil a modelos poéticos tradicionais (“Folheando no Camões”); a fatura de versos nascidos quase tão somente do plágio (“Todos furtam, bem ou mal”); o alambicado de estros ainda pegados ao culteranismo (“Agudíssimos poetas”); o afetado nativismo (“Não te escape o pátrio rio”); e até o comércio interessado de poetas (“O labéu de caloteiro”). Manuel Inácio não deixa nem mesmo de zombar do modo hiperbólico com que colegas seus *dilatavam a obra* de seus homenageados por *sonoros disparates* – o que a ouvidos de maioriais melindrosos não agradaria, podendo resultar arriscado jogo assim complexo. Havia entre literatos grande pavor “em incidir, mesmo por descuido, em qualquer atitude que afete a ordem estabelecida” (ANDRADE, 1995, p. 69). Nosso poeta, entretanto, conhecia o chefe a quem se dirigia – não seria, como outros, *poeta inconstante*.<sup>80</sup>

\*\*\*

<sup>79</sup> Já bem se disse que um poema ganha contorno, significados e caráter com a leitura que dele se faz, com o olhar do leitor e com os parâmetros da *comunidade interpretativa* a qual este leitor pertença. Pois bem: a composição a que me refiro vinha encabeçada pela rubrica indicativa de seu caráter (“Ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa – No dia de seus anos”) e é provável que – como acontecia com frequência a versos assim dedicados – ela se dirigisse à leitura na ocasião dos festejos natalícios do vice-rei. A ocasião e os participantes dela estariam envolvidos então pelas “delícias da subserviência” e pelo amor ao poderoso Vasconcelos, o que os faria esperar o encômio versificado principalmente. A intromissão de versos jocosos certamente causaria estranhamento: mas o agrado de um vice-rei era o agrado de toda a *comunidade interpretativa* que o rodeasse. Nela estavam “os bons”, a que se referiu o poeta em versos dedicados ao mesmo Vasconcelos (agora em puro tom apoteótico): “O vosso invicto Braço os bons proteja, / E os soberbos oprima: / Modelo sempre ilustre em Vós se veja / Regendo o Cetro respeitado e brando; Digno de Mão que vos confia o mando” (ALVARENGA, 2005, p. 7).

<sup>80</sup> No entanto, o desembargador Cruz e Silva chamaria Manuel Inácio de “um energúmeno infernal”, pela cumplicidade com autores censurados como os *perniciosos* abades Mably e Raynal (ver FRIEIRO, 1981, p. 46).

É preciso retornar à circunstância anunciada do envolvimento de Manuel Inácio da Silva Alvarenga no que já foi chamado de “processo dos jacobinos fluminenses de 1794” (RIZZINI, 1957, p. 68). O poeta mineiro era figura importante da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, associação com interesses científicos, filosóficos e literários,<sup>81</sup> que iniciou suas atividades em 1786. Sua fundação se fez sob o amparo do vice-rei, o festejado Luís de Vasconcelos. Acabado o governo deste em 1790, quando retornou à Metrópole, o funcionamento da Sociedade Literária foi encerrado. Quatro anos depois, o novo vice-rei, o conde de Resende, incentivou a sua reabertura, mas logo ordenaria a suspensão de seus encontros. Apesar da determinação do novo vice-rei, reuniões entre os antigos membros da Sociedade continuaram a acontecer na casa de Manuel Inácio (a mesma em que funcionavam as precedentes reuniões regulares).

As notícias da guerra de independência dos Estados Unidos da América, da Revolução Francesa e até mesmo da rebelião de escravos em Santo Domingo deviam assustar homens de posse que no Brasil viviam e, com mais razão, os altos ministros do Estado lusitano. Ao lado destas notícias – com as distorções decorrentes da distância que percorriam – pesavam os acontecimentos recentes da Inconfidência Mineira. Todos esses fatores certamente fomentavam um ambiente de incerteza e instabilidade entre os que ocupavam espaços privilegiados da hierarquia social e mantinham relações com os agentes da coroa. A conveniência da vassalagem obrigatória diante destes (que por sua vez eram também vassallos) tornava-se cálculo de resultados equívocos. O que significa dizer que intrigas e boatos grassavam nas cabeças levianas e venais.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> Não havia demarcação nítida que singularizasse cada um desses campos de saber. A composição “Às Artes – poema que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro recitou no dia dos anos de Sua Majestade Fidelíssima”, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, inventaria sob a rubrica “artes” a matemática, a física experimental, a história natural, a química, a medicina, a geografia, a história e a poesia. Quanto à filosofia, os estatutos da Sociedade Literária registravam item sugestivo: “O objeto principal [da Sociedade] será a Filosofia, em toda a sua extensão, no que se compreende tudo quanto pode ser interessante” (*AUTOS* 1794, p. 208).

<sup>82</sup> Algo que a expressão de um historiador português registra: “Tudo enlouquecera, tudo emparvecera. E de longe ouvia-se o trovão medonho da França!” (MARTINS, s/d, 168). A repressão exercida contra os conjurados de Minas Gerais também fora produto da intriga, sendo o coronel Joaquim Silvério dos Reis seu principal praticante (e dirigindo-a com insistência a Tomás Antônio Gonzaga). Montesquieu comentara situação semelhante, citando o imperador Constâncio “Não poderíamos suspeitar daquele a quem falta um acusador quando não lhe faltava um inimigo” (Apud MONTESQUIEU, 1973, p. 190).



As denúncias que foram dirigidas ao vice-rei contra a Sociedade Literária foram produto de meio assim instável e de cabeças assim levianas. As “digressões filosóficas e as parlendas políticas” (RIZZINI, 1957, p. 84) que animavam os integrantes da associação, e que mais se excitavam com a chegada de novidades da inquieta Europa, foi o que bastou a José Bernardo da Silveira Frade, rábula que se indispusera com o poeta e advogado mineiro, para maquinar a intriga que o desforrasse do desafeto. Este era apontado nas primeiras linhas da denúncia que Silveira Frade formalizou: “falando Manuel Inácio sobre a liberdade, depois de haverem lido alguns discursos na língua francesa contra a Soberania dos Monarcas, disseram que o nosso reino estava entregue a frades” (*AUTOS* 1794, p. 72).

Se a conjuração de Vila Rica não passou “de um criminoso excesso de loquacidade e entretenimento de quiméricas idéias”, sobre o qual se teceu uma meada de intrigas traiçoeiras, havia ao menos uma motivação palpável a incidir sobre o espírito de homens que constituíam uma plutocracia local: a cobrança dos impostos atrasados relativos à produção aurífera – a famosa derrama. E isso levava aquelas “quiméricas idéias” a cogitar alguma *restauração da terra*, através de um qualquer motim que entusiasmasse a população (com os patéticos *vivas à liberdade*). Mas, no caso da prisão dos letrados do Rio de Janeiro, não houve motivação material que inflamasse os envolvidos: iniciada a devassa, o que se tomou como corpo de delito foram, mais uma vez, conversas loquazes sobre os “negócios públicos da Europa” (*AUTOS* 1794, p. 69) e livros e mais papéis seqüestrados das livrarias (assim chamavam as bibliotecas) dos acusados. Entre os volumes que as recheavam, estavam livros dos dois famosos abades franceses – considerados exaltados agitadores – Raynal e Mably.<sup>83</sup>

A leitura de livros proscritos e o comentário entusiasmado de notícias européias foi portanto todo o crime dos letrados do Rio de Janeiro. É bastante plausível que leitura e comentários tais desembocassem na observação dos problemas administrativos da América Portuguesa, mas não havia fatos localizados que suscitassem planos de sublevação. O Estado português e seus magistrados passavam

---

<sup>83</sup> Livros que o desembargador da alçada reputava “tivessem por objeto o derramar os princípios e doutrinas de uma igualdade civil, e destruir os governos monárquicos” (*AUTOS* 1794, p. 221).

então por momento em que crimes e delitos não estavam claramente definidos, como se as bruscas mudanças políticas que ocorriam tornassem semoventes as balizas do campo jurídico. As “malhas acochadas da pragmática metropolitana” (ABREU, 2000, p. 66) entravam a desvirtuar-se. A letra das leis foi frequentemente suprimida, sobressaindo o espírito amedrontado – pelas notícias de Europa – na interpretação delas. Espírito este que exercia domínio tanto em ministros régios quanto nos súditos integrados aos círculos de poder.

Manuel Inácio, que destes círculos se aproximara pelo seu talento, por seus conhecimentos das leis e pelo comércio com as Musas (que àquela época proporcionava ascensão e relativa estabilidade social de alguns), procuraria convencer os juizes da alçada de seu interesse exclusivo pelas “belas letras”, sendo alheio a novidades políticas:

Respondeu que ele havia dito a verdade quando afirmara que dos ditos *Mercúrios* [*Mercure de France*] não havia lido mais que as obras poéticas que neles se encontram, levando-lhe maior parte do tempo que empregou na sua leitura o projeto de decifrar os enigmas que vêm em um dos ditos *Mercúrios*, pois que a paixão dele, respondente, só se dirige à poesia, e a algumas obras de matemática, e nunca tivera por saber novidades [...]. que ele não era homem estadista, nem político, nem de gênio de procurar saber estas notícias, e que apenas se contenta de sabê-las em geral. [...] Respondeu que a sua indiferença é tal sobre estas matérias [os negócios da Europa] que não só o não move a procurá-las mas até o põe em estado de que, oferecendo-se-lhe as mesmas matérias ou ocasião de examiná-las, não gastar tempo sobre elas (*AUTOS* 1794, p. 226-7).

\*\*\*

Se houve, em algum momento, quem desprezasse a relação entre o avanço das artes (assim designando, como faz o poeta, as ciências) e o aumento de riquezas coloniais enviadas à Metrópole (o avultamento de seu Erário), este não compartilhava suas idéias com Manuel Inácio da Silva Alvarenga.<sup>84</sup> O poeta de Vila Rica, à

---

<sup>84</sup> “Em vez de abater os audazes mineiros, o despotismo [metropolitano] mostrara por sua mesma pressão que eles eram indispensáveis à economia portuguesa” (ABREU, 2005, p. 77-8).

semelhança de Cláudio Manuel da Costa, também expressou seu empenho em “adorar a preciosidade daqueles metais” que criavam as condições ideais (e idealizadas) para o melhoramento do estado mental dos bons súditos, a *restauração* de suas belas letras. As tais artes (ciências) chegavam “Até nestes confins do Novo Mundo / Graças à mão Augusta que as anima” (ALVARENGA, 2005, p. 117).

Não deveria restar dúvidas, a esta altura, de que a “mão Augusta” trabalhava em proveito próprio, em proveito praticamente exclusivo do enriquecimento metropolitano (sem esquecer da farta comissão que se dirigia à Inglaterra), e de alguns escolhidos neste lado do Atlântico (“os bons”) para representar e aumentar sua glória soberana. Vários dos poetas do Arcadismo brasileiro se esforçaram para introduzir-se e manter-se no gozo desse coro de contentes, e nosso Manuel Inácio não esteve em divergência desse esforço.<sup>85</sup> É nesse sentido que canta o júbilo de perceber as artes ressuscitadas (“Hoje cheias de glória ressuscitam”) – entre elas a História Natural, que tornava possível *opulentar*, pelo aperfeiçoamento da exploração do ouro americano, Lisboa e mais cidades da Metrópole ibérica. O poeta dirige-se à musa da História Natural:

E tu, quem és, ó Ninfa, tu que ajuntas,  
Indagas e descobres os tesouros  
Que fecunda produz a Natureza?  
Recebe as tuas Leis todo o vivente;  
O nobre racional, o vil inseto,  
O mudo Peixe, as Aves emplumadas,  
As indômitas Feras e escamosas  
Mortíferas Serpentes, e os Anfíbios  
Que respiram diversos Elementos,  
Dos Vegetais na imensa variedade  
Tu conheces os sexos e distingue  
Quais servem ao Comércio e quais restauram  
A perdida saúde; tu nos mostras  
A prata, o ouro, as pedras preciosas,  
Com que opulenta a ínclita Lisboa  
Vaidosa sobre o Tejo se levanta:

<sup>85</sup> Esse esforço de nossos poetas lembra o relato de Oswald de Andrade, que o apanha em Frei Vicente do Salvador, segundo o qual, “arrancando o que podiam do Brasil, os dominadores ensinavam os seus loiros a repetir: Papagaio Real! Para Portugal! Para Portugal!”. Em seguida, Oswald relaciona, no rol de expropriações que sofria o Brasil, a participação das “mãos equipadas da Inglaterra”: “Ao findar o século XVIII o Reino se entrega completamente à Inglaterra” (ANDRADE, 1995, p. 68). Curioso notar que a crítica literária pouco atenta para este dado material, restringindo-se ao que se referem como um “emblema da Ilustração”, o progresso. Oswald os chamaria “panoramistas da cultura” (idem, p. 63).

A tua mão benéfica, rasgando  
Ocultas veias d'ásperos rochedos,  
Arranca o ferro que revolve os campos,  
Por quem o lavrador recolhe alegre  
Do seu nobre suor seus doces frutos.

(ALVARENGA, 2005, p. 119)



Mineração de ouro no Brasil

\*\*\*

Apesar de lamentar a “educação européia” dos mais renomados poetas do Arcadismo brasileiro, Almeida Garrett (1799-1854) celebra, no seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* (1826), o “enriquecimento” e “avultamento” que a literatura portuguesa goza “com a produção do engenho brasileiro” (GARRETT, 1978, p. 88). A “plêiade mineira”, com sua poesia lírica de cunhagem neoclássica, era composta em sua maioria por magistrados formados em afamadas universidades européias. Essa formação, quase sempre procurada na própria Metrópole, causaria um apagamento do que Garrett chama de “espírito nacional: parece que se receiam de se mostrar americanos”. Esse receio, segundo o autor de *Camões* (1825), deixa adivinhar nos árcades brasileiros “uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.” Pouco mais adiante, neste mesmo *Bosquejo*, o poeta português explicita sua demanda: “quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou”. E arremata o mesmo parágrafo chamando a exemplo o cantor de Marília: “que pintura, se a desenhara [Marília] com a sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!”<sup>86</sup>

Não pretendo estender a discussão já bastante delongada a respeito da caracterização pré-romântica de alguns dos poetas conjurados de Minas Gerais. A posição de Almeida Garrett, no entanto, reclama problematizações que tangenciam tal debate. Seu lugar de iniciador do Romantismo português (demarcado pela publicação de seu *Camões*, em 1826, Paris) é ignorado por poucos. Quando escreve o seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*, mais que atualizar uma cronologia da história literária, estabelece critérios estéticos. E Garrett, não obstante a posição na vanguarda romântica que lhe coube, se deslocava de uma classificação fácil e acomodada. Havia na sua formação uma “concepção de vida e arte basicamente arcádica e iluminista” (LOPES, 1987, p. 733).<sup>87</sup> Essa concepção iluminista, junto a uma “fidelidade permanente ao postulado clássico da arte como

<sup>86</sup> Pode-se imaginar o Dirceu de Marília a responder: “Porém como? se eu não vejo / Quem me empreste as finas cores? / Dar-mas a terra não pode” (GONZAGA, 1996, p. 583).

<sup>87</sup> “Esta formação arcádica e iluminista, já, como vimos, algo matizada, constitui um sedimento profundo na personalidade literária de Garrett, a tal ponto que se torna difícil indicar na sua carreira uma linha definitiva de corte, quer de estrutura, quer de consciência teórica, embora a transformação a que serviu de guia nem por isso seja menos evidente” (LOPES, 1987, p. 734).

*imitação da natureza*” (idem, p. 736), levavam Garrett a exigir mais originalidade aos poetas que viviam em meio às “majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região” (GARRETT, 1978, p. 90). Assim poderiam escapar da “afetação” e da “impropriedade” que lhes manchavam a qualidade das produções poéticas.

É preciso porém assentar junto a essas percepções garrettianas uma lembrança de Sérgio Buarque de Holanda. Depois de considerar a afetação das composições poéticas arcádicas, o historiador paulista sugere (em texto de 1955):

Mas é bom notar que semelhante crítica só nos é possível hoje, em grande parte, graças à perspectiva da distância. Em sua generalidade, os homens do Setecentos não veriam, provavelmente, a parcela de afetação, mas a da simplicidade, da naturalidade e a do fervor. Uma existência doméstica e medíocre, inimiga de toda mudança, ainda podia casar-se naqueles dias com pensamentos e palavras honestamente heróicos (HOLANDA, 1991, p. 181).

Almeida Garrett, a pouco mais de meio século do início do Arcadismo no Brasil, estava já bastante distante de seus poetas. De Tomás Antônio Gonzaga – a quem se refere na sua exigência de “mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo” –, o autor das *Viagens na minha terra* está consideravelmente apartado. Ele porém não percebe ou subestima tal distância, que entanto condiciona e possibilita a sua visão crítica. Muito daquela afetação que o incomodava deveria ser experimentada como simplicidade e naturalidade.<sup>88</sup>

Além disso, a condição colonial é um outro fator a ser pesado. O “viver em colônias” (na expressão de um “colono ilustrado”)<sup>89</sup> há de deixar traços na produção intelectual desses poetas magistrados. A formação européia de muitos era direcionada para servir ao próprio sistema colonial, que então era corrompido pelos governadores das capitanias com acentuada freqüência. A demanda de Almeida Garrett por mais originalidade passa ao largo da situação política da colônia durante o final do século XVIII. Sua crítica parece, desta perspectiva, afirmar o desejo cômodo de mais sabor

<sup>88</sup> Silvio Romero, sem endereçar suas palavras, comentara: “Quem censura pois os nosso poetas do século XVIII por usarem das ficções da poesia clássica, mostra não ter senso” (ROMERO, 1980b, p. 442). “Mas Garrett estava errado: porque a *Marília*, se não se engalana de exotismo, traz em si, em sua própria estrutura bipartida, a razão do destino romântico futuro” (PICCHIO, 1997, p. 137).

<sup>89</sup> Luís dos Santos Vilhena, professor régio de grego em Salvador, descreveu a vida setecentista da capital baiana no que ficou conhecido sob o título *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*, Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

exótico.<sup>90</sup> O espírito europeu, cansado de seu velho mundo, procurava novas paisagens. O metal de nossa poesia teria de brilhar tanto como o ouro que, ao final do Setecentos, já se tornava escasso pela exploração criminosa da colônia.

\*\*\*

Em 1945, Oswald de Andrade apresentou sua tese “A Arcádia e a Inconfidência” na Universidade de São Paulo, em concurso para a cadeira de Literatura Brasileira.<sup>91</sup> Entre as muitas informações e interessantes paralelos desenvolvidos pelo escritor paulista, é curioso perceber a sugestão de uma trajetória que vai da atuação do “grupo luzido de revolucionários” de Minas Gerais (OSWALD, 1995, p. 75), passando pelo *revolucionário* Romantismo, até chegar ao Modernismo (do qual Oswald foi um dos *pais fundadores*). No texto apresentado à banca examinadora, a “Inconfidência” é contraposta à “Arcádia”: esta se reduz a “estrepitosas bajulações”; aquela, considerada enquanto movimento literário, “representa uma ruptura com a Arcádia, com a sua gasta adulagem” (idem, p. 78).

A sugestão é sutil, não se expressa literalmente, mas o espírito comum que Oswald de Andrade pretende estabelecer se delinea aos poucos por alguns traços rápidos. O autor do “Manifesto Antropófago” aponta para um passado, onde constrói a seu feitio precursores que transfigura e adota (pois se sabe que “cada escritor *cria* seus precursores”).<sup>92</sup> Os literatos da “Escola Mineira” (assim os chama Oswald, como outros antes dele) não se reduziam a um simples “ajuntamento de poetas” (como a eles se referira Frei Raimundo Penaforte). Com eles havia surgido afinal, em meio ao vertiginoso declínio luso, “o vaticínio político e cultural da Inconfidência” (idem, p. 68). Esse vaticínio político e cultural só se realizaria no século seguinte, o XIX,

<sup>90</sup> Sérgio Buarque qualifica a sugestão de Almeida Garrett como marcada de “um estreito e injusto exclusivismo” (HOLANDA, 1939, p. XIX-XX). Na expressão de Ferdinand Denis, esse desejo assim se expressava: “É desejável que se entregue [refere-se a Domingos Borges de Barros] especialmente à pintura daquelas regiões estranhas, tão interessantes para os europeus” (DENIS, 1978, p. 73).

<sup>91</sup> Três anos antes, Getúlio Vargas tomara posse, na Academia Brasileira de Letras, de cadeira que tinha Tomás Antônio Gonzaga como patrono. No capítulo seguinte, comentarei parte de seu discurso.

<sup>92</sup> Refiro-me a idéia de Jorge Luís Borges, que desenvolveu a idéia em “Kafka e seus precursores” (BORGES, 1999, p. 96-8).

depois que a antiga América Portuguesa conquistasse sua formal autonomia política. A marca romântica era a marca registrada da revolução que se desejava realizada:

Um sopro romântico embala o sentimento amoroso de Gonzaga e de Alvarenga Peixoto e os funestos presságios de Cláudio Manuel da Costa, onde soa prematuro o ‘mal do século’. Ao *Caramuru* [de Santa Rita Durão], ao *Uraguai* de Basílio da Gama e às desventuras rimadas de Silva Alvarenga, que, por sinal, teve relevante papel político na segunda Inconfidência, junte-se a linhagem satírica das *Cartas Chilenas* [...] e teremos uma mensagem que dará o metal de nossa poesia. Antes deles, aqui, as vozes nativas de Gregório de Matos e de Manuel Botelho de Oliveira haviam falado pela primeira vez (ANDRADE, 1995, p. 71).

A tese de Oswald de Andrade propõe, portanto, o estabelecimento de uma tradição fundada na enunciação de “vozes nativas” (algo que o Romantismo brasileiro também fizera). O escritor modernista recolhe aos poucos as pedras com que pavimentará o caminho de acesso a estas *vozes*. E delas Oswald destaca o que lhe interessa: Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e Manuel Inácio da Silva Alvarenga – poetas que seriam já românticos, caráter este adquirido somente com “a presença da terra brasileira”, pois na Metrópole não havia quaisquer “influências literárias renovadoras” (idem, p. 72).

Depois de apresentar este grupo de literatos que “sentiram o Brasil”, o poeta modernista indica com qual deles firma compromisso. E seu compromisso, diz ele, está firmado com Tomás Antônio Gonzaga. Se o leitor pára e tenta imaginar uma justificativa para essa escolha, Oswald logo adianta: “É o romantismo. [...] Há adivinhação e destino de um povo que se emancipa e cria a sua vida própria” (idem, p. 77). E em seguida complementa, explicitando um primeiro traço (ainda que negativo) que aproxima os poetas da Escola Mineira e a Semana de Arte Moderna:<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> O termo “Escola Mineira” é proposto pela vez primeira por Sílvia Romero, com quem aliás Oswald de Andrade apresenta, na tese sobre os Inconfidentes, algumas semelhanças. Uma delas é certa tipologia que faz o modernista das revoluções: política ou expressional. Romero escrevera: “Uma revolução justifica-se pela pureza de seus fins, e neste sentido, a Inconfidência e todas as mais merecem as nossas simpatias. A revolução mineira foi um desejo, um anelo de poetas, abençoados sonhadores que tiveram ânsias de criar para si uma pátria livre, que tiveram a coragem de sofrer e morrer por ela... Quanto distavam eles dos poetas bajuladores que degradavam nas *Arcádias* portuguesas a dignidade humana” (ROMERO, 1980b, p. 411).



Os poetas da Escola Mineira não rompem com os cânones da Arcádia, ocupados que estão em libertar o Brasil. A roda de velha estética continua a girar. O seu sentido de revolução tem um primado, o político. O problema expressional não os atinge a ponto de fazê-los legislar. Estamos longe [...] da *Semana de Arte de 22* (ANDRADE, 1995, p. 77)

Entende-se que a *Semana de Arte de 22* ocupou-se do “problema expressional”, *legislou* sobre eles, enquanto os poetas da Inconfidência primaram pela revolução política. O que não deixa de ser um tanto controverso se relacionado (e como não relacionar?) com o panorama que venho montando da Conjuração de Vila Rica. A meu ver, não houve primado político ou primaz dedicação daqueles poetas setecentistas “em libertar o Brasil”. Segundo nosso querido sátiro modernista, essa preocupação política chegara mesmo a desviá-los do “problema expressional”. A convergência destes dois problemas, o expressional e o político, aconteceria no momento do Romantismo. Nele, a “adivinhação e destino de um povo que se emancipa” se expressaria sem os “acentos mortos da velha poesia” (*idem, idem*). Algo com que, no fim de contas, Oswald de Andrade pretende caracterizar também o movimento que se iniciara na Semana de Arte Moderna de 1922, na qual protagonizara. Definidos assim os seletos precursores, quem seriam “os árcades de hoje”?

Os Inconfidentes indicaram às gerações vindouras do Brasil qual o papel intelectual nas lutas pelo progresso humano. Bastaria o sacrifício que os marcou, pela nossa democrática emancipação, para que os árcades de hoje que ousam levantar-se contra a sua memória tivessem pudor de tamanha leviandade (ANDRADE, 1995, p. 78).

Deveria eu ter algum pudor por qualquer *leviandade*? Acaso a pena engajada que Oswald carregava naqueles dias me apontaria assim, como um árcade de hoje? Mas qual era o engajamento possível da tese de Oswald? Engajamento de Inconfidente? Engajamento de escritor estabelecido na história do Modernismo que então tencionara plantar um pé no espaço acadêmico da Universidade de São Paulo? Engajamento político e expressional?<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Quanto ao engajamento político, recordo Eric Hobsbawm refletindo sobre si: “Um intelectual de meia-idade, e razoavelmente bem estabelecido, dificilmente pode considerar-se um revolucionário no

A retórica das perguntas anteriores não pretende encaminhar ao leitor nada que se pareça com denúncia ou acusação. O que se pretende aqui é refletir, como em páginas anteriores, sobre interesses que conformam atos factuais e gestos simbólicos de poetas e escritores. Um sociólogo perspicaz deixou claro certa vez que *atos desinteressados* não têm existência efetiva, e que é de relevante proveito “arrancar o mundo intelectual do estatuto de exceção ou de extraterritorialidade que os intelectuais têm a tendência de lhe atribuir” (BOURDIEU, 1996, p. 138). Provocar a reflexão acerca do vínculo de um escritor modernista com o espaço acadêmico e a respeito da linhagem histórico-literária proposta em sua tese não deixa de ter seu especial interesse.<sup>95</sup>

Deixo ao leitor a condução de sua própria reflexão sobre este ponto de interesse. A minha se desenvolverá restritamente em relação aos poetas setecentistas luso-brasileiros. Até aqui tratei de alguns, sem descurar do investimento de capital simbólico que os comprometeu com seu tempo e seus contemporâneos. Nas páginas seguintes, firmarei compromisso (assim como fez o Inconfidente Modernista) com Tomás Antônio Gonzaga, magistrado e poeta que bem representa o “clima de romance da Inconfidência Mineira” (ANDRADE, 1995, p. 79).

---

sentido real da palavra. Porém, alguém que se tenha considerado um comunista durante quarenta anos tem pelo menos muito o que recordar para contribuir à discussão” (HOBBSAWM, 1982, p. 250). Oswald não foi comunista por “quarenta anos”, mas passara por sua temporada marxista, quando declarou ter sido *palhaço da burguesia*. Quanto à pretensão de engajar-se no espaço acadêmico, faço nova remissão a Hobsbawm, que relata caso ilustrativo das ocasiões em que o “espírito revolucionário raramente sobrevive à obtenção do título universitário” (idem, p. 262). O que dizer de Oswald em busca de nicho docente na USP?

<sup>95</sup> Faço minha uma nota de Helvétius: “O vulgo restringe comumente a significação desta palavra *interesse* somente ao amor pelo dinheiro: o leitor esclarecido sentirá que tomo esta palavra em um sentido mais extenso e que a aplico geralmente a tudo o que nos pode proporcionar prazeres ou nos evitar dores” (HELVÉTIUS, 1979, p. 196). Joel Rufino dos Santos atualiza e aproxima a percepção de Bourdieu: “Os intelectuais em nosso mundo [...] criam a ilusão da autonomia, de que o lugar de seu ofício são as nuvens” (SANTOS, 2004, p. 78).